

Akilombamento da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 12 de março de 2018.

CARTA ABERTA À COMUNIDADE NEGRA UNIVERSITÁRIA E ÀS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

1 – Aos estudantes que estão na Universidade e aos que virão!

O Movimento Negro lutou muito para garantir políticas de Ações Afirmativas. A nossa luta, de maneira geral, conquistou dentro das universidades brasileiras implementações de políticas que enfrentam a desigualdade racial abissal do nosso país.

O REitor da UFRGS ao editar portarias, posteriores ao vestibular e descumprindo a Decisão 212/2017 do Conselho Universitário de nossa Universidade, colocou em risco todo o concurso, trazendo instabilidade ao processo e desrespeitando todo o trabalho feito com o movimento negro por mais de um ano.

As Portarias 799, 800 e 937, além de feitas às pressas, são um ataque direto as cotas raciais, pois permitem que pessoas brancas ocupem as vagas de negros e indígenas, esvaziando assim a política de sentido e abrindo precedente nacional para garantir o branqueamento da política e o seu fim.

Atendemos a responsabilidade de lutar pelos que estão, mas muito nos preocupamos com os que virão, que são nossos, irmãos e irmãs legítimos de ocupação das vagas raciais. A UFRGS e as demais universidades deste país devem respeitar as políticas públicas. Não deve ser razoável que nossa Universidade, que detém o maior número de estudantes denunciados, seja conivente com vagas raciais sendo ocupadas por pessoas brancas.

Não há nenhuma resolutividade dos quase 400 casos denunciados pelo movimento BALANTA e dos 15 processos anteriores que tramitavam. A UFRGS, assim como outras universidades, vem construindo arcabouços administrativos e jurídicos para fragilizar a política de Ações Afirmativas e manter o *status quo* da subalternidade do nosso povo.

Assim como os nossos mais velhos lutaram por nosso povo, aqui estamos. Queremos o mínimo: que nossas vagas sejam ocupadas pelos nossos! Que a política de Ações Afirmativas seja destinada as pessoas de direito em suas respectivas modalidades de ingresso.

2 – Ao REitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as demais Universidades

Estamos cientes do imbróglgio jurídico criado pelas portarias publicadas após o vestibular, também estamos cientes que revogar os critérios estabelecidos para recurso de um indeferido após o início de sua defesa não é apenas injusto, mas também ilegal!

Por outro lado, entendemos como gravíssima a conivência com a legalização da fraude, por isso, não podemos aceitar que conceitos que sequer existe para o IBGE, ou em outras Universidades, como os de “pardo indígena” e “ascendência fenotípica” (este último

misturando os conceitos e debates de genótipo e fenótipo) venham fragilizar esta política pública. Permitir a consideração recursiva alegando a ascendência até a segunda geração (avós), permitirá que inúmeras pessoas brancas, que jamais sofreram racismo, ocupem as vagas de negros e indígenas, como vinha acontecendo até aqui e, ao estabelecer a Comissão de Aferição, deveríamos minimizar esses problemas. Ocorre que, na prática, as edições de portarias que modificam os critérios de recurso dos indeferidos da aferição não apenas não resolvem o problema estabelecido por inúmeros anos de fraudes, como as legalizam. Estabelecendo critérios para que a ocupação das cotas, destinadas a minimizar as diferenças raciais, ocorra por pessoas brancas de maneira regulamentada, ou seja, “legalmente”.

REITOR, QUEREMOS JUNTOS RESOLVER O PROBLEMA!

Dessa forma, propomos a edição da Portaria 937, retirando esses pontos que no mínimo são problemáticos; e inserindo a possibilidade de representantes discentes na comissão de recursos, bem como a participação da sociedade civil (Movimentos Negros).

O que acontece na UFRGS pode ser reflexo do desmonte nacional da política de cotas raciais. Cabe ao Reitor oportunizar uma possibilidade de negociação para que não se torne o Feitor que condenará as cotas raciais ao seu fim.

3 – A má condução da aplicação da política de cotas é um problema nacional

Nas várias reuniões desenvolvidas pelo movimento negro e demais solidários presentes na luta por garantia de direitos do povo negro, concluímos que as falhas apresentadas pelas universidades dos demais estados não são diferentes das falhas da UFRGS.

As soluções a serem encontradas pela capacidade de diálogo do Reitor (e todos os que geram esta instituição pública) com os prejudicados, será uma luz para o resto do Brasil.

CONCLAMAMOS a responsabilidade de um regramento nacional, O MEC (Ministério da Educação) deve tomar a frente disso, tendo em vista que as fraudes não são um problema apenas da UFRGS!

São inúmeras evidências da má condução da política de ações afirmativas, permitindo que em nível nacional mais de 70% das vagas de medicina, por exemplo, sejam fraudadas, configurando improbidade administrativa dos Reitores com a conivência do MEC.

A ANDIFES deve, através de sua diretoria, em caráter extraordinário e emergencial, convocar este diálogo imediatamente com todos os órgãos das universidades federais que trabalham com a missão de dar qualidade máxima à implementação desta Política Pública. Há uma visível despreocupação e fragilidade jurídica de boa parte das universidades na condução desta política. As fraudes foram detectadas e denunciadas pelos movimentos sociais negros desde 2003, com a primeira turma que entrou pelas cotas na UERJ.

Judiciário, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União devem ser responsáveis com a política de ações afirmativas! Mesmo o STF definindo, na ADPF 186, que as cotas são constitucionais, dezenas de Juízes no Brasil deram sentenças definindo que as cotas eram inconstitucionais, nos obrigando a entrar no STF com a ADC 41, onde obrigou os juízes a adequarem suas sentenças à ADPF 186. O Ministério Público Federal

teve a coragem de lançar o concurso público sem adotar as cotas, obrigando-nos a reclamar e com ação civil pública nós suspendemos o concurso na terceira instância. Para que a Defensoria Pública da União percebesse a necessidade de ter mais negros defensores, precisamos fazer uma ocupação de três dias no prédio, na sede nacional da DPU.

É preciso avançar na política de ações afirmativas para que possamos permanecer nas universidades:

Necessitamos pacificar a questão da entrada dos estudantes cotistas para que possamos avançar em outras questões, como permanência. Não nos passa despercebido que o povo negro, ampla maioria vindo de escolas públicas, é aquele que precisa entrar na universidade e trabalhar para se manter, bem como, as universidades também não inserem nossa cultura em seus espaços, muito menos aborda nossos autores em suas produções científicas. Queremos avançar!

Com a ocupação da Reitoria da UFRGS, tudo isto veio à tona, levando-nos a concluir que o problema é estrutural. A reparação e o reconhecimento dos direitos do povo negro estão alguns anos atrasados. O poder concentrado nas mãos de brancos, não partilhados com negros e indígenas, acaba trazendo à tona o privilégio de ser branco na sociedade brasileira. A população brasileira é mais de 50% autodeclarada negra (preta ou parda), mas no Ensino Superior a população negra não chega a 13%. Precisamos reverter anos de políticas vendidas como democracia racial, mas que na verdade, efetivaram um estado racista que fechava os olhos para a desigualdade racial latente. Conclamamos os estudantes e todo o movimento negro a se insurgir na defesa das ações afirmativas em todo o Brasil! Combater as fraudes é garantir a entrada da negritude na universidade.

Com isso gostaríamos de finalizar essa carta com a frase da Vice-Reitora, Jane Tutikian, sobre a exposição “O Silêncio, o Tempo e a Voz” que infelizmente recebeu mais atenção da Reitoria da UFRGS do que os corpos negros que podem ser banidos desse espaço.

“Queremos ser respeitadas na nossa diferença, queremos ser respeitadas como mulheres e com igualdade, esta sim, de oportunidades, de direitos e deveres. Estamos orgulhosamente, alinhadas ao grande discurso dos excluídos, daqueles que vivem à margem. E, cá entre nós, há muito a ser conquistado na busca de uma sociedade mais justa, e é preciso que continuemos juntas. ”

Nenhum passo atrás!

Nenhum cotistas a menos!

Movimento Balanta!